



Conheça mais sobre a pesquisa realizada pela Coordenação de Saúde do Trabalhador e Coletivo do Sintsef-CE

Quadro 1 Órgãos visitados por região no Estado do Ceará

Região Vale do Jaguaribe					
IBAMA	Hospital Jaguaribe	10º CRES Limoeiro	DNOCS	Hospital Aracati	7º CRES Aracati
Hospital Limoeiro					
9º CRES Russas					
CONAB					
Região Sertão Central					
DNOCS Quixadá	INSS	5º CRES Canindé	8º CRES Quixadá	Endemias Quixadá	SMS Canindé
CONAB Senador Pompeu					
Região Maciço de Baturité					
Endemias Redenção					
4º CRES Baturité					
Laboratório de Endemias					
Endemias Baturité					
Região Cariri					
CCZ Crato	IFCE	20º CRES Crato	Base UBV Juazeiro	21º CRES Juazeiro	19º CRES Brejo Santo
FUNASA Juazeiro					
Região Centro Sul					
MTE Iguatu	17º CRES Icó	CONAB	DNOCS Icó	18º CRES Iguatu	Endemias Iguatu
Região Norte					
11º CRES Sobral					
DNOCS Sobral					
FUNASA					
CCZ Sobral					
13º CRES Tianguá					
Região Inhamuns					
CCZ Crateús					
15º CRES Crateús					
CONAB Crateús					
SMS Independência					
Região Três Climas					
DNOCS Paraipaba					
CONAB					
12º CRES Acaraú					
6º CRES Itapipoca					
DNOCS Pentecoste					
Hospital Marco					

Quadro 2 Número de servidores filiados ativos por região, entrevistados e fração amostral

Região	Nº de Filiados Ativos	Nº de Entrevistados	Fração Amostral
Fortaleza/Região Metropolitana	2.759	468	16,9%
Vale do Jaguaribe	257	62	24,1%
Sertão Central	114	57	50%
Maciço de Baturité	81	25	30,8%
Cariri	323	63	19,5%
Centro Sul	127	33	25,9%
Norte	274	65	23,7%
Inhamuns	88	13	14,7%
Três Climas	101	26	25,7%
Total	4.124	812	19,6%

Fonte: Cadastro SINTSEF julho/2017

O artigo AVALIAÇÃO PRELIMINAR, publicado na REVISTA PROTEÇÃO e fruto da pesquisa intitulada "Avaliação preliminar das condições de trabalho dos(as) servidores(as) ativos(as) e filiados(as) ao Sintsef", realizada pela Coordenação de Saúde do Trabalhador e Coletivo do Sintsef-CE, corresponde à pesquisa que abrangeu 48 locais de trabalho de oito regiões do Estado do Ceará, além de 27 locais em Fortaleza e região metropolitana.

Assim, foi constatado que alguns locais visitados se caracterizam por apresentar ambientes insalubres e perigosos, e que várias situações poderiam ter sido evitadas se houvesse o cumprimento da legislação relativa à área.

Confirmam na imagem os órgãos visitados por região no Estado do Ceará e o número de servidores filiados ativos por região, entrevistados e fração amostral. Esse quantitativo tornou possível uma amostragem que resultou em dados sobre:

Insatisfação, doenças, exames, assédio moral, físico, químico, biológico, ergonômico, álcool e fumo, situação e recomendações. Cada ponto citado será mostrado nas próximas postagens. Confirmam!

Servidores são forçados a abandonar planos de saúde por excesso de aumentos



O excesso de aumentos nos planos de autogestão, como Geap e Capsaúde, tem forçado um número cada vez maior de servidores federais a optar por abandonar a cobertura de assistência em saúde para eles e seus familiares. A notícia de que a Câmara dos Deputados reajustou de R\$ 50 mil para R\$ 135,4 mil o valor do reembolso de despesas de assistência com saúde de parlamentares, deixou milhares inconformados. O aumento com esse reembolso corresponde a 170,8%. Enquanto servidores do Executivo chegam a arcar com mais de 85% com gastos com saúde, o parlamento brasileiro dá um péssimo exemplo de como legislar em causa própria. Vale lembrar ainda que em plena pandemia a saúde como um todo já perdeu R\$20 bilhões em verbas no orçamento este ano.

A justificativa na Câmara para aplicação do reajuste foi que o valor estava defasado. Vale destacar que além de amargar aumentos sucessivos em seus planos de saúde, a maioria dos servidores federais está com salários congelados há quase cinco anos e com a pandemia, somado a Emenda Constitucional (EC) 95/16, que congela investimentos públicos por 20 anos, a tendência de arrocho salarial é ainda pior. Para buscar justiça e equilibrar o impacto nas remunerações, a Condsef/Fenadsef cobra um aumento da coparticipação do governo em planos de saúde.

A crise nos planos de autogestão não é recente. Há anos a Condsef/Fenadsef e suas entidades filiadas lutam para que o governo amplie os valores da contrapartida pagas aos planos, não só Geap, mas também Capsaúde e outros. Aumentos abusivos e problemas na cobertura desses planos são alvo constante de críticas por parte dos servidores que, apesar de arcar com em média 80% das receitas dos planos de autogestão, não são os que têm poder de minerva em votações nos conselhos administrativo e financeiro dos planos que fica a cargo de indicados pelo governo.

Matéria completa no site da Condsef